



INSTITUTO DE
GESTÃO FINANCEIRA E DE
INFRA-ESTRUTURAS DA
JUSTIÇA, I.P.

CONTRIBUINTE N.º 505 587 815
Av. D. João II, N.º 1.08.01.E, Bloco H 1990-097 Lisboa
TELEFONE: 21 790 88 77
FAX: 21 790 88 84
E-MAIL: CUSTASJUDICIAIS@IGFU.MJ.PT



DUC (Documento Único de Cobrança)

Tipo de pré-pagamento	Lei 7/2012 – Regulamento das Custas Processuais
Tipo de acção	Acções Declarativas (A - Acções Declarativas) - Tabela I
Descrição do pagamento	De 30.000,01 € a 40.000,00 €
Entrega electrónica	Com redução de 10% para processos nos termos do art. 6º/3 do R.C.P.
Pagamento a prestações	Não

Referência para pagamento	702 780 024 139 564
Montante a pagar	550,80 €
Data de emissão	12-04-2012 12:22:03

O pagamento pode ser efectuado através do Multibanco, da Internet e das instituições de Crédito aderentes (aos balcões ou através da internet), utilizando a referência indicada.

Para efectuar o pagamento pela Internet, utilize o serviço on-line do seu banco, seleccionando «Pagamentos ao Estado». Válido como recibo, após certificação, ou juntamente com o documento emitido pela entidade cobradora.

TAXAS DE JUSTIÇA: O documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça perde validade 90 dias após a respectiva emissão, se não tiver sido, entretanto, apresentado em juízo ou utilizado para comprovar esse pagamento, caso em que o interessado solicita ao Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., **no prazo de seis meses**, a emissão de novo comprovativo quando pretenda ainda apresentá-lo.

A emissão do novo comprovativo só poderá ser efectuada através da internet, utilizando a funcionalidade "**Revalidação de taxas de justiça**", bastando para o efeito digitar a referência do pagamento do documento original.

Se o interessado não pretender apresentar o comprovativo em juízo, requer ao Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., no mesmo prazo, o reembolso da quantia despendida, mediante entrega do original ou documento de igual valor, sob pena de reversão para o referido Instituto.

DEPÓSITOS AUTÓNOMOS: Se o documento comprovativo do pagamento do depósito autónomo não for apresentado em juízo ou utilizado para comprovar esse pagamento, o reembolso da quantia despendida pode ser requerido ao Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., mediante entrega do original ou documento de igual valor, sob pena de reversão para o referido Instituto."